

Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH



Erick
Dêníl



Fernanda
Barth



Marcelo
Bernardi



Pedro
Ruas



Vera
Armando



012ª CEDECONDH 15ABR2025

Pauta: Operação Choque de Ordem e a População em Situação de Rua.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): (14h21min.) Boa tarde a todos e todas. Sou o Ver. Erick Dêníl, presidente da Comissão dos Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Segurança Urbana, cumprimento meus colegas vereadores e o vice-presidente, Pedro Ruas, proponente desta reunião do dia de hoje, com uma pauta importante; cumprimento a colega Vera Armando que compõe esta Comissão, também nosso Ver. Marcelo Bernardi. Quero cumprimentar também a assessoria da Câmara de Vereadores, os assessores também que estão presentes, dos vereadores, que fazem toda essa parte de orientação e de trazer informações para gente; cumprimento também a todos e todas que estão presentes aqui nessa pauta tão importante.

Pretendo fazer uma apresentação bem breve aqui e já abrir para te passar os trabalhos, Ver. Marcelo, para que o Ver. Pedro Ruas possa dar seguimento à reunião. De antemão, quero cumprimentar o Sr. Antonio Carboneiro, que se faz presente aqui, reciclador; o Sr. João Roberto, reciclador, também está presente aqui; a Maninha, do SEAS, também está presente, com um ótimo trabalho lá na

Bom Jesus; o Sr. Pedro, também; cumprimento outras lideranças e outras autoridades que estão presentes aqui.

Pedro, antes de te passar os trabalhos aqui, faça a seguinte fala: é um tema muito importante para cidade de Porto Alegre. Eu fui num debate na região da Vila Farrapos Humaitá, onde tu estavas presente, onde o Ver. Marcelo também é morador da região e estava presente, e nós fomos corrigidos; os recicladores, entre eles, são chamados de doutores da natureza, médicos da natureza. São pessoas que reciclam e ajudam o meio ambiente, ao mesmo tempo fazem a própria renda através da reciclagem; limpam as ruas da cidade de Porto Alegre, muitas vezes o serviço público acaba demorando muito para fazer esse processo. Então é um trabalho muito bem aproveitado; e junto com isso também tratar dessa operação que é o foco da reunião, Operação Choque de Ordem, essa operação que, na minha opinião, já dizendo que eu, enquanto vereador e presidente da CEDECONDH, é uma operação que não tem agradado Porto Alegre, agradado, sobretudo a população mais humilde, mais vulnerável. A população de baixa renda que vive nas ruas muitas vezes, ou trabalha até mesmo com reciclagem, ou está em situação de vulnerabilidade social. Não basta ter uma operação da polícia, no meu entendimento, tem que ter proteção do Estado, Pedro, e do Município para proteger essas pessoas. As pessoas precisam ser protegidas pelo Estado e pelo Município. Então, operação da polícia a mando da Prefeitura ou do governo do Estado, não é algo que resolva o problema. Nós acreditamos que tem que ter uma política de inclusão social. Portanto, para que menos pessoas morem na rua, tem que ter um programa habitacional em Porto Alegre. Hoje Porto Alegre, não tem o programa habitacional que contemple essas pessoas em vulnerabilidade social. Tem o governo federal com o Minha Casa, Minha Vida, mas mesmo assim tem também os seus desafios e tem os seus limites. Também coloco aqui em questão essa preocupação com a PPP dos resíduos, que provavelmente o Pedro Ruas também poderá citar em sua fala. E antes de passar a palavra ao Pedro, me coloco à disposição para defender os moradores em situação de rua, a população mais pobre e vulnerável, os recicladores também que se fazem

presentes aqui. E dizer que nós somos contra essa necropolítica, esse projeto higienista de limpeza da cidade e de exclusão da população mais pobre, tornando essa população cada vez mais invisível perante os olhos do Estado. Eles não podem ser invisíveis, têm que ser visíveis e valorizados, porque fazem parte da vida da nossa cidade e fazem parte da nossa sociedade. Portanto, tem um projeto de inclusão, um plano de habitação. E acima de tudo, respeito com essas pessoas que fazem parte da história de Porto Alegre e que tem sim essa preocupação com a sua renda, que tem sim que ser colocada no orçamento do município e que tem que ser valorizada e respeitada. Portanto, já de antemão antecipando a minha opinião, eu não vejo com bons olhos a Operação Choque de Ordem. Essa operação, na minha opinião, não resolve os problemas apresentados pela Prefeitura, ao contrário disso, aprofunda as desigualdades e até mesmo aumenta a repressão policial em cima daquelas pessoas mais vulneráveis. E, no meu entendimento, vereadores colegas, nós devemos usar o Estado para proteger as pessoas, não para excluí-las, não para colocá-las cada vez mais para a periferia. Eu sou morador da periferia de Porto Alegre e eu sei o que estou falando, gente, percebe que cada vez mais as coisas estão guetizadas em Porto Alegre, e a gente precisa tratar com respeito todo cidadão de Porto Alegre, incluí-lo no orçamento e garantir que as políticas públicas funcionam para todas as pessoas, principalmente para as pessoas mais vulneráveis. Então me coloco à disposição, Ver. Pedro Ruas, já te passo a condução dos trabalhos, e eu não tenho dúvida que vai ser uma ótima reunião da CEDECONDH, e que a gente possa fazer ótimos encaminhamentos, principalmente pela proteção dessas pessoas que hoje não estão sendo tratadas com respeito aqui em Porto Alegre. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado Ver. Erick Dêníl que é o presidente desta comissão. Eu vou presidir os trabalhos e quero agradecer a presença, sempre atuante, com o auxílio inestimável da comissão e da Ver.^a Vera Armando que está aqui conosco; e eu sei que a Ver.^a Vera Armando hoje

terá um compromisso, ficará representada na comissão, e fique à vontade quando for o seu horário.

Está conosco também o Ver. Marcelo Bernardi, outro grande vereador na comissão de direitos humanos e segurança pública, que atua muito intensamente, basicamente na área periférica da cidade, muito ali na Zona Norte, muito no Humaitá, muito no Sarandi, uma alegria de tê-lo aqui.

Nós estamos ao vivo na televisão, pela TVCâmara, e isso nos impõe... primeiro é uma alegria, agradeço aos assessores, assessoras, servidores que estão nos auxiliando nesse sentido, e isso nos coloca algumas obrigações, e a principal delas é a questão do tempo, nós temos um tempo limite.

Eu vou chamar algumas pessoas para a Mesa, vocês já viram que não posso colocar todos vocês na Mesa, todas as pessoas que deveriam compor essa Mesa. Então peço que haja uma compreensão da extensão que deve ter essa Mesa, no sentido de todos se sentirem contemplados com relação a isso. Mas eu quero que componha aqui a Mesa, o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke, por gentileza; já vou chamando – enquanto chega aqui o Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos –, o Renato Farias, da Pastoral do Povo da Rua, por gentileza, Renato, ao lado do Jair Krischke; a Fernanda Simões Pires, que representa a Avesol no dia de hoje; a presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos, eu não lembro se é presidente ou é representante, a Márcia Leão, ainda presidente, isso aí, presidente, o que, aliás, ganhamos muito com isso; eu quero chamar, e é uma honra muito grande ter também aqui o desembargador Francesco Conti, que representa o Tribunal de Justiça, mais especificamente a Comissão de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça; eu anuncio a presença também entre nós da Ver.^a Fernanda Barth, muito bem-vinda.

Gostaria que os demais, irmão Miguel, se sentissem representados, porque nós não temos como, há uma impossibilidade física que não está ao nosso alcance suprir. O Nelson Khalil, por exemplo, preside o conselho estadual, o PCD, das pessoas com deficiência, não posso chama-lo para Mesa, neste momento, isso não quer dizer que não vai usar a palavra, Nelson; assim como o Carboneira

deveria estar, assim como tantas outras pessoas deveriam estar aqui. Sintam-se, por favor, então, representados e bem representados pelos que estão aqui. Eu quero chamar, para compor a Mesa, também, a Secretaria Municipal de Segurança, o Sr. Rafael Bernardo de Oliveira, por favor, Rafael; representando a Guarda Municipal, o subcomandante Marcos Lucas, que representa o Nascimento – é isso? –, de um abraço a ele depois, por favor. Representando o Comando da Polícia Militar, ou seja, da Brigada Militar, a major Karine Pires Soares, por gentileza; o secretário Juliano Passini, por gentileza, porque ele é o representante da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano, por gentileza. De novo, em relação aos representantes do governo... meu caro Ramiro Goulart, eu quero dizer que se sintam... o Ramiro Goulart não representa o governo, só dei o nome dele porque eu olhei e enxerguei o Ramiro Goulart, enxerguei a Kelly Ferro, enxerguei outras pessoas, enxerguei o Cléo, e vou dizendo o nome das pessoas. Nós temos a procuradora, Dra. Cristiane Catarina de Oliveira, ela é da Procuradoria-Geral do Município. Vou pedir que os demais se sintam representados. O Dr. Rodrigo, que é ouvidor reeleito da Defensoria Pública aqui do nosso Estado, sinta-se representado, por gentileza, e parabéns pela posse, nova posse por sinal. Olha, é verdade, o secretário Matheus Xavier está presente; nós temos condições de colocar um lugarzinho aqui, procuradora, mas eu preciso muito que o secretário Matheus Xavier, da assistência social, esteja conosco, por favor. Obrigado, pessoal, obrigado secretário. Agora, para sentar, há a necessidade de uma cadeira. Isso é uma questão, também, não podemos superar esse fato, Matheus, está chegando a cadeira. Vou começar com a Vanessa. Não, vou começar com a Fernanda, perdão. Sra. Fernanda Simões Pires, da Avesol – Associação do Voluntariado e da Solidariedade –, por gentileza, pode iniciar nos relatando o que está ocorrendo, e eu vou passando. Eu vou fazer o seguinte: no início, vamos marcar três minutos, em dois eu aviso, para que todos possam ter oportunidade de manifestação. Essa é uma questão, simplesmente, de organização, porque nós temos um horário limite da televisão e, portanto, do funcionamento da comissão. Lembra bem o Ver. Marcelo

Bernardi, como nós temos que fazer a ata e as vozes se confundem para quem vai escrever, sempre é bom dar o nome completo antes de falar, por favor.

SRA. FERNANDA SIMÕES PIRES: Boa tarde a todos e todas presentes no espaço. Sou Fernanda Simões Pires, assistente social do Centro de Referência de Direitos Humanos da Avesol – Associação do Voluntariado e da Solidariedade. Aqui represento a comunidade do loteamento Santa Terezinha, comunidade do 4º Distrito, onde tem uma centralidade, um número significativo da nossa população em situação de rua.

Bom, trazendo então alguns pontos específicos referente à pauta da tarde de hoje, a questão da violência institucional que ocorre de uma forma decorrente no território do 4º Distrito tem trazido os impactos negativos para a população em situação de rua e também para os catadores e recicladores da região, choque de ordem. Então, nós trazemos um novo contexto de segurança pública no nosso Município à visão dos moradores do 4º Distrito, onde a própria palavra choque já tem um significado muito amplo e também a ordem. Que ordem? E para quem há esta ordem? A questão das violências ocorridas vem num contexto de violência física, moral, psíquica e que atinge o mínimo daqueles que já não têm nada na questão de dignidade humana. A questão do acesso aos serviços, a questão da violência, a questão das políticas públicas, isso é um emaranhado da política pública de segurança que nós temos no nosso Município extremamente equivocada. Como já foi dito dentro desta Casa, Ver. Pedro Ruas, cidadão de bem no município de Porto Alegre é o cidadão do C, que possui CPF e CEP, lamentavelmente. E, diante do movimento que nós temos no nosso País nos últimos anos de Deus... (Ver. Pedro Ruas informa que resta um minuto do tempo acordado.)..., de cristandade e de família, nós temos hoje a nossa população que vem perdendo, principalmente o direito à moradia, o direito de acesso à saúde e o acesso à alimentação – o mínimo da dignidade humana. Nós trazemos esse movimento junto com as demais redes de serviço e lembramos que a questão da população em situação de rua é uma questão de política pública, política pública efetiva, mas uma política pública humanizada. Enquanto

tratamos os nossos beneficiários dessa política apenas como dados estatísticos, nós estamos fadados ao fracasso, e o resultado está nas nossas ruas hoje. Pedimos, então, um olhar humanizado, uma discussão, uma construção coletiva para ações estratégicas, para resolvermos essa questão. Mas, diante, como foi dito numa reunião que nós tivemos na Prefeitura, que essa força de segurança pública é desconhecida pela Secretaria de Segurança Pública do nosso Município. É só acessar os vídeos, as reportagens, os depoimentos, porque nós tentamos mobilizar a população para estar aqui conosco, mas o medo falou mais alto, o medo falou mais alto. Entendo que não possam responder em nome de cada integrante de vossa segurança e de vosso espaço que usa uma farda do que ele vai fazer lá na rua, mas pode haver, sim, uma construção, um diálogo, um movimento para que tudo isso que vem acontecendo nas ruas de Porto Alegre seja revertido. Por que a gente ouvir dentro de nossas comunidades que moradores de periferia valem menos do que cachorro – e isso está gravado, isso está filmado –, que sociedade é essa que a gente está defendendo? Que cidadão de bem é esse que nós estamos defendendo? Por que, por trás de cada um que está na rua, existe uma família. E se estamos num movimento em nome de Deus, qual é o nosso papel então? Muito obrigada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Fernanda Simões Pires. De imediato, passo para o Renato Farias, da Pastoral do Povo da Rua. Renato, por favor, são três minutos. Quando fechar dois, eu aviso que falta um. Diga o nome completo ali no microfone.

SR. RENATO FARIAS DOS SANTOS: Boa tarde, meu nome é Renato Farias dos Santos, da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de Porto Alegre. Quanto à ação choque de ordem, eu queria levantar alguns pontos: é uma ação que se preocupa com questões como transgressões, como roubo de fios, como ações irregulares hoje. Só que é necessário separar quem é um trabalhador, um reciclador e quem é que pratica transgressões. Essas ações nessas questões de roubo de fios e outros é muito mais importante que elas sejam feitas onde se

originam, como depósitos que agem regularmente, separando também aqueles que agem legalmente. Outro ponto, estão sendo feitas coisas que são legais, por exemplo, a questão da retirada de acampamentos e pertences. A ação de defesa de preceito fundamental, a ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – 976/2023 proíbe isso da forma que muitas vezes está sendo feita. Implantar ações como essa que age diretamente com o carrinheiro, com aquele que está ali trabalhando honestamente não vai resolver essa situação. Em primeiro lugar, tem que ser pensado – e fico muito feliz de estar aqui, secretários de secretarias que têm um trabalho muito importante -, enquanto não forem pensadas formas de geração de renda, fortalecimento também desses grupos, criando associações, criando valor, na realidade ao que o que é reciclado, organizando essa população, se for para oferecer também trabalho, não adianta repetir o que já foi feito no projeto Somos Porto Alegre, com a população em situação de rua. Eu, na época, era diretor da Escola Porto Alegre e tive acesso ao relatório dos encaminhamentos que foram feitos para cursos no Senac, só duas pessoas em situação de rua completaram; nenhuma dessas duas conseguiu lugar no mercado de trabalho. Então pensar o que fazer. Se ali os empresários ou outros não estão satisfeitos com o que acontece, então primeiro pensem em oferecer empregos, pensem em patrocinar cursos, mas não qualquer curso, tem que ser adequado a essa população. E aqueles que estão organizados, eu me recordo do Seu Antônio, da gente começar a construção ali da Arevipa com duas prensas, o elevador de carga e tudo, isso pode ser incentivado para que eles possam manter o seu sustento, como vi aqui o pessoal lá da Vila Pinto que tem um belo trabalho lá. Vamos incentivar esse trabalho de forma organizada, para aquele que não consegue isso, vamos dar outras oportunidades. Se tirar hoje todo aquele que trabalha, que vive ali em hoteizinhos e pensões, vocês vão, na realidade, dobrar o número da população em situação de rua, porque esse pessoal mal consegue se manter, mas está ali trabalhando todo dia. Agradeço, é isso, e nós, pela Pastoral, nos colocamos juntos para estar discutindo. Nós já colocamos isso, tem várias sugestões para esse trabalho de

crescimento, de fortalecimento das pessoas que estão em situação de rua e dos grupos também comunitários.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Renato, manda um abraço para a Jaque. A Sra. Márcia Leão está com a palavra. Por gentileza, três minutos, aviso em dois.

SRA. MÁRCIA LEÃO: Boa tarde a todas e todos, eu sou Márcia Leão, estou na presidência do Conselho Municipal dos Direitos Humanos de Porto Alegre. Obrigado, vereadores, por proporcionar este momento. É importante a gente fazer essa discussão em que a população em situação de rua é a mais afetada, na maioria das ações que se tem, quando se trabalha com a questão toda de medidas com ações de Segurança Pública nas ruas, principalmente em locais onde a gente já tem pessoas que vivem mais em situação de vulnerabilidade. Porque as pessoas que estão desprotegidas socialmente sempre são o alvo da ação por elas já estarem em um contexto inserido de maior vulnerabilidade. Mas o que eu queria trazer para reflexão aqui é que a gente pensasse também formas para conseguir que as pessoas pudessem continuar na forma com que elas estão e sendo respeitadas, porque eu entendo que a gente tem que pensar formas de habitação para todo mundo, a gente tem que garantir segurança alimentar, a gente se garante acima de tudo respeito e os direitos de todas as pessoas, inclusive os direitos daqueles que estão na rua e lá vão continuar, mas de uma forma organizada. Então o papel do Estado e o nosso papel em quanto controle social é pensar formas de uma política pública que organiza a vida em sociedade. Nem sempre ela vai ser a retirada, seja ela compulsória ou de que forma for, das pessoas da rua, porque tem sim grupos de pessoas que estão em situação de rua e que ali ainda vão ficar, mas a gente precisa pensar políticas públicas que organizam esse viver e precisamos pensar formas de que ação da polícia e a ação da segurança ocorra a não ofender, não agredir mais os direitos de quem já tem tão poucos direitos garantidos. A maioria das pessoas que está em situação de rua hoje em dia ou que trabalha diretamente nas questões de

reciclagem e outras já tem a maior parte dos seus direitos violados cotidianamente, seja pela falta de acesso à educação ou à alimentação. Então não é justo que a gente continue perpetuando isso através das ações de segurança que teriam que ser ações que garantissem a essas pessoas uma qualidade melhor. Então eu acho que a gente tem que pensar um pouco em políticas que pensem como nós vamos assessorar essas pessoas para que elas tenham condições melhores e se organizem melhor. E sim, eu acho que as ações, onde elas têm que acontecer, como disse que não são locais estão credenciados, que não são locais que trabalham dentro da legalidade, elas devem acontecer sim, mas sempre mantendo a questão do respeito e a garantia dos direitos, não com o abuso da violência nem com o desrespeito, como é a questão dos pertences que somem das pessoas e a gente sabe muito bem como funciona com quem está na rua. Obrigada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Márcia Leão, presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos. O Sr. Jair Krischke está com a palavra.

SR. JAIR KRISCHKE: Na pessoa do Ver. Pedro Ruas, saúdo as Sras. Vereadoras, os Srs. Vereadores e todas as senhoras e senhores que aqui se fazem presentes. Começo aplaudindo a iniciativa, é muito importante ouvir o que está acontecendo na nossa cidade. E veja, choque de ordem. Vocês podem imaginar qualquer outra coisa mais nazifascista do que isso? Choque de ordem. Até Hitler se regozijaria. E com o objetivo de alcançar o quê? Segurança Pública? Não. Isso é a manifestação absoluta da incompetência do Estado, e quando eu falo Estado eu estou falando do maior violador dos direitos humanos do Brasil, que é o estado brasileiro, enquanto estado União, enquanto estados federados, enquanto municípios, são os grandes violadores ao sonegar os direitos humanos. Ah, mas é o problema dos roubos de carro, essa coisa...Botem na porta errada, é absoluta incompetência, e se valem da violência para tentar resolver aquilo que eles pretendem resolver. Eu me lembro muito, alguém falou

dos invisíveis aqui. (Problemas técnicos no som.) A questão do invisível, os direitos humanos tratam das pessoas, vereador, tratam das pessoas, do ser humano, mas quem é invisível nem direito tem, nem direito, é invisível. Isso é muito grave, isso é muito grave. O teatro grego – vamos viajar um pouco – é representado naquela máscara, persona. Mas, lá no mundo grego, existia uma figura chamada de Atropus, que é a não pessoa, é a que não tem rosto, é invisível. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Eu vejo nessa situação a questão das não pessoas, dos invisíveis. E porque são invisíveis, eles são maltratados, são desassistidos, quando deveriam ser as primeiras pessoas a serem acolhidas, as primeiras. Dever do Estado, porque, se não for assim, para que serve o Estado? Para que serve o Estado, se não está assistindo o seu povo para compensar as desigualdades? Para encerrar, gente, porque nós temos que ouvir aqui as vítimas e aqueles que assistem as vítimas, eles sabem muito mais do que eu. Eu encerro dizendo que nós vivemos num País que tem uma das polícias que mais mata no mundo. Nós temos a terceira população carcerária do mundo e não temos segurança. Será que alguma coisa está errada? Será que não está errada? Uma das polícias que mais mata, a terceira população carcerária, e não temos segurança. Tudo isso tem que ser repensado, porque, na medida em que nós abandonamos os vulneráveis, é onde o crime prospera, é justamente onde o crime prospera. Então é preciso pensar, repensar... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...é o poder público que tem esse dever, não é favor. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado. Eu, antes de passar ao Tribunal de Justiça, Comissão de Direitos Humanos do Tribunal de Justiça, considerando a condição de magistrado de S. Exa., o desembargador, me permita diz assim, vou já passar para o outro lado e deixar que vão decidindo. Eu começo pelo Rafael, posso chamar de Rafão, mas vou chamar de Rafael, Dr. Rafael, que representa a Secretaria Municipal de Segurança, e depois eu vou mais ou menos vendo, alguém pode pedir, como foi pedida agora a palavra, e eu vou cedendo.

A mesma coisa Rafael, três minutos, aviso quando faltar um. A partir de agora, por favor, Rafael Bernardo de Oliveira.

SR. RAFAEL BERNARDO DE OLIVEIRA: Meu nome é Rafael Bernardo de Oliveira, eu sou subsecretário de segurança operacional da Secretaria Municipal de Segurança de Porto Alegre e desejo a todos uma boa tarde, um bom debate, esclarecedor. Em primeiro lugar, tem muitos assuntos aqui que estão sendo tratados que não tratam de assuntos de polícia. A polícia trabalha nas consequências, não trabalha nas causas. Faltou trabalhar nas causas, estoura na polícia. Em segundo lugar, o nome “choque de ordem” é um nome nacional, não é um nome que foi adotado pela Prefeitura. É o nome prático desse tipo de operação, em que são feitas operações integradas com a Polícia Civil, com a Brigada Militar, com a Guarda Municipal, para combater o crime, o tráfico, o furto, o roubo, prender traficantes. Depois nós entramos com a zeladoria: podas de árvores, acolhimentos, todos os serviços da Prefeitura, que é a zeladoria. A questão de o Estado ser o responsável por essas pessoas vulneráveis, com certeza, sim, com certeza, nós não negamos essa responsabilidade. Agora, o Estado é responsável, o crime é que deixa os senhores reféns, o crime é que está deixando essa população refém. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) É o traficante que está subjugando essas pessoas que moram ali, e por medo não do Estado, por medo do crime, por medo do traficante é que muitas pessoas ficaram e defendem que esse tipo de operação que busca resgatar a dignidade do ser humano, a liberdade do ser humano, oferecendo trabalho digno, oferecendo uma moradia digna, não ela dominada pelo traficante, não ela invadida na sua casa, onde muitos aqui têm medo, onde se colocam drogas de forma imperiosa que vocês ocultem para que satisfaça o lucro deles. Nós estamos ali para garantir a liberdade dos cidadãos, acolher quem está em situação difícil e proteger as pessoas da melhor forma democrática que o Estado possa oferecer. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, secretário Rafael. O Sr. Juliano está com a palavra. Três minutos, aviso em dois.

SR. JULIANO PASSINI: Sim. Boa tarde a todos e todas, primeiramente, quero saudar os nossos vereadores...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu lhe peço... Eu vou começar de novo seu tempo. Mas eu vou avisar que a nossa companheira está fazendo anotações do plenário. Aquela senhora loira que está ali, só aponta o dedo e ela anota. Desculpe, recomeço o seu tempo.

SR. JULIANO PASSINI: Não por isso, vereador. Boa tarde a todos e todas, primeiramente, quero saudar os vereadores, as vereadoras aqui presentes, a nossa presidente do Conselho dos Direitos Humanos, a sociedade civil, a organização da sociedade civil e o povo, que é por isso que a gente está aqui hoje conversando. Vou me apresentar rapidamente, vereador. Meu nome é Juliano, cheguei em Porto Alegre faz 80 dias, eu venho de Novo Hamburgo. Lá eu tive a oportunidade de estar secretário de Saúde, tive a oportunidade de estar secretário de Desenvolvimento Social e estou chegando aqui na capital com muita disposição e muita felicidade também, vereador. Por que a felicidade? Vim num momento bom para a secretaria, uma secretaria nova de inclusão e de desenvolvimento humano. Hoje o governo tem duas secretarias específicas para cuidar das pessoas: a Assistência Social e a Secretaria da Inclusão e Desenvolvimento Humano. Por que é que eu digo felicidade também, vereador? O prefeito Melo agora conseguiu captar um recorde em financiamento, serão mais de R\$ 6 bilhões para nossa cidade, e mais de um R\$ 1,5 bilhão é para o viés social. Nós temos o planejamento, nós temos o orçamento para executar e agora será questão de dias, de semanas até nós darmos início, de fato, a esse planejamento. Sobre os carrinheiros, catadores e recicladores, foi feita uma pesquisa de mais de um ano através do Instituto Veredas. Na semana passada, nós tivemos acesso a isso para gente poder traçar políticas públicas robustas,

não eram projetos, como colega falou. Eu concordo que a gente precisa incluí-los, locamos agora, na Rua Uruguai, para fazer a Central do Trabalho e Renda, mais de mil metros quadrados onde teremos salas de capacitações... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...salas de cursos para qualificação, mas é o que a nossa colega falou: nem todos querem sair da rua, e para esses, o governo vai ter um olhar diferenciado, nós iremos deixá-los, por óbvio, é um direito deles, mas com organização, é isso que o Município precisa, e nós vamos organizar isso. Como eu falei, o dinheiro está aí, não é papo de futuro; o dinheiro dos financiamentos chegou, tem aqui um gestor disposto e tem um governo com olhar humano, tanto que agora nós temos duas secretarias específicas para isso, e me comprometo que não vai faltar diálogo. Hoje nós já estivemos em várias entidades, em duas unidades tratamento de lixo para ouvir os atores, são eles que conhecem a realidade, são vocês. Não sou eu, lá encastelado, que vou dizer como vão ser os projetos, nós estamos ouvindo vocês, nós estamos indo à campo, e agora eu peço essa compreensão, não trouxe uma varinha de condão, infelizmente, para resolver todos os problemas, mas nós temos o planejamento e nós temos o orçamento, é questão de tempo, pessoal!

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, secretário Juliano. Eu não sei identificar exatamente os postos, depois passarei para o... Sargento? Subcomandante Marcos, que representa também o nosso amigo, Sr. Nascimento e toda a Guarda Municipal. Por favor, três minutos, aviso em dois, quando faltar um.

SR. MARCOS MACIEL LUCAS: Boa tarde a todos, sou subcomandante da Guarda Municipal de Porto Alegre, assumi esse novo desafio a partir do dia 1º de janeiro, ainda estamos numa fase de reconhecimento de todas as áreas, porque Porto Alegre é grande e as demandas da cidade são as mais variadas, os vereadores sabem bem disso, então a gente está se inteirando de todas as atividades. O fato importante que eu vejo é que a questão da Choque de Ordem

não apareceu do nada: “Vamos fazer agora...” Isso, na realidade, é um trabalho que já vem sendo feito no 4º Distrito de tentar urbanizar, manter o controle naquela região. Acho que não há dúvidas aqui de que é uma área conflagrada pelo tráfico, justamente pelo perfil das pessoas que estão em situação vulnerável, elas estão mais vulneráveis a essa situação do consumo do *crack*. Acho que todos aqui, em consenso, têm essa visão, e eu acho que as pessoas ali vivem uma vida de total degradação moral e física. Acho que ninguém aqui gosta de ver, aceita ver uma pessoa morando num barraco, se drogando, passando dias ali perdidos, com cartão do Bolsa Família entregue na mão do traficante para consumo de droga. Então a Prefeitura, através da Guarda Municipal e do DMLU, já vinha buscando fazer um trabalho de reurbanização do bairro, da região, só que chegou num ponto em que sozinhos está sendo impossível restaurar. Para isso, Choque de Ordem é uma operação que envolve vários atores: envolve Ministério Público, que acompanha a transparência da operação, da ação, estamos tendo várias reuniões para tratar esses assuntos, juntamente com o Ministério Público, Procuradoria do Município e Departamento Municipal de Habitação. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) A ideia desse trabalho, realmente, é dar um choque no tráfico, para que os serviços públicos possam acessar. Hoje nós tivemos que trocar as equipes do DMLU, porque eles estavam sendo ameaçados ao trabalhar naquela região. Quem mora na Zona Norte e trabalha ali, teve que ir para Zona Sul; quem trabalha na Zona Sul, teve que trabalhar lá, pela ameaça dos traficantes, que é forte. A gente precisa dar um choque na parte ruim da região, e a gente sabe que ali tem muitas pessoas de bem, muitos moradores de bem, o pessoal nos procura *in off*, às vezes conversa conosco, e a gente quer restabelecer o mínimo de dignidade para essas pessoas. Creio que esta reunião é importante para poder dialogar com os direitos humanos, para que a gente possa fazer isso da melhor forma possível, de uma forma que seja bom para todos.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Eu já havia comunicado que a Ver.^a Vera Armando precisaria se retirar neste momento. Fique bem à vontade, vereadora.

VEREADORA VERA ARMANDO (PP): Boa tarde a todos. Ver. Pedro Ruas, parabéns pela iniciativa, a todos que estão aqui, trazendo um relato muito importante, mapeando a nossa cidade, esta realidade que nós vivemos e convivemos. Agradeço também a todas as forças que estão aqui presentes, a Brigada Militar, a nossa Guarda Municipal, a questão da segurança, a Prefeitura, realmente há necessidade de um enfrentamento humanizado de uma situação que nós sabemos que houve um crescimento a partir de adventos como a pandemia, depois fomos impactados com a questão da enchente, e houve um aumento significativo dessa população de rua. Sinceramente, não há outra saída, senhoras e senhores, que não sejam políticas públicas e a iniciativa privada junto, para que nós possamos dar uma vida digna a todos, à população, para que nós todos tenhamos segurança e para que todos possam ter dignidade. Permanece a minha assessoria acompanhando o desenrolar, Ver. Pedro Ruas, e estarei sendo, evidentemente, abastecida com as informações para que nós possamos voltar a discutir, em outro momento, essa questão. Muito obrigada a todos.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigada, Ver.^a Vera Armando. Quero referir a presença do Dr. Geórgio Carneiro da Rosa, que é defensor público federal. Entenda o Dr. Geórgio que nós fizemos antes uma explicação de que não há possibilidade de todos estar à mesa, mas, obviamente, sua presença nos honra muito, ainda mais num tema tão importante, tão relevante como este. Eu até, antes de passar ao Dr. Matheus, secretário, digo que, por dever e honestidade, muitas pessoas me ligaram, pessoas em situação de rua, né, Jurema, Josefa? E que nos colocaram não viram por medo. Até onde esse mito se justifica, é uma questão para os senhores e os senhores definirem. Agora, eu recebi esses telefonemas, nos convites, recebi essa comunicação. Então é um

dever meu trazer à comissão, dizer que isso aconteceu, pelo menos seis vezes, as que eu anotei. Secretário Matheus, por gentileza, três minutos, eu aviso em dois.

SR. MATHEUS DA LUZ XAVIER: Muito obrigado, vereador. Quero saudar a todos os vereadores, a sociedade civil, nossos colegas secretários, a Brigada Militar. Quero dizer que, acompanhando a fala do secretário Juliano, acho que a gente tem uma oportunidade na nossa cidade de termos duas secretarias trabalhando pelo social, trabalhando para desenvolver pessoas e principalmente para trabalhar por aquelas que mais precisam, que são as pessoas de vulnerabilidade social, são as pessoas que estão em situação de rua. E é importante a gente falar sobre isso e esse debate ser de amplo e de extrema diversidade de opiniões, porque pessoas em situação de rua não é algo fácil ou simples de ser resolvido, é uma pauta extremamente complexa e que demanda diversos fatores e agentes para a gente conseguir fazer e ajudar as pessoas a superarem a situação de rua. Eu acho que, dentro desse debate, é importantíssimo que a gente consiga deixar essa pauta, que a superação de rua, como pauta prioritária, porque a gente está em uma comissão de direitos humanos e as pessoas estarem em situação de rua é extremamente desumano, a gente tem que ter essa clareza. A pessoa que está em situação de rua está no auge da sua falta de vínculo, tanto familiar, afetivo, quanto dignidade humana, a pessoa estar em situação de rua. Por isso que a gente precisa de diversos agentes trabalhando juntos para que a gente consiga fazer a superação das pessoas em situação de rua. E principalmente a assistente social, junto com sua equipe de abordagem, com seus servidores extremamente capacitados nos seus CREs, fazer essa vinculação com as pessoas que estão em situação de rua, para que elas consigam fazer a superação; e principalmente, junto com outros órgãos da Prefeitura, conseguir identificar quem é a pessoa em situação de rua que precisa de assistente social e que precisa do cuidado do Estado e da Prefeitura, e separar a pessoa que está na rua, usando a rua, para fazer com que essas pessoas que realmente precisam de assistência e precisam de

necessidades, usando elas como vítimas do tráfico, da drogadição e de diversos problemas que nós temos. Hoje, nos nossos perfis de pessoas em situação de rua, temos pessoas com extrema dificuldade de saúde mental. Nós temos uma população majoritariamente homens, com idade economicamente ativa. Então a gente tem que trabalhar para conseguir fazer essas pessoas saírem da situação e buscar uma autonomia de vida. E temos outras diversas pessoas também que estão, infelizmente, pela dificuldade com álcool e drogas. Então a gente tem um trabalho muito complexo que não depende só de uma secretaria e, sim, de vários agentes, em conjunto. Por isso a importância desta reunião e esta comissão ter trazido essa pauta tão pertinente da nossa cidade. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, secretário Matheus. Eu deixaria a procuradora para o final, mas posso colocá-la... Eu ia passar a palavra para a major e, depois, já lhe passo. Por favor, major, são três minutos, em dois minutos eu lhe aviso que falta um.

SRA. KARINE PIRES SOARES: Boa tarde a todos, eu sou a major Karine, subcomandante do 1º Batalhão da Brigada Militar, estou aqui representando o Comando da Brigada Militar e o comandante do Comando do Policiamento da Capital. É uma honra estar aqui neste ambiente, e a única coisa que me deixou um pouco incomodada, eu confesso, parece uma certa dualidade, como se estivéssemos em lados opostos. No entanto, estamos todos no mesmo lado e eu não vou reprisar as falas aqui de todos os senhores e senhoras que me antecederam, porque acho que estamos todos do mesmo lado, estamos todos no mesmo caminho. A Brigada Militar é a instituição que eu represento neste momento, e tenho os mesmos anseios que todos os senhores, enquanto homens e mulheres de Porto Alegre, do Estado do Rio Grande do Sul, de que nós não nos deparássemos diariamente com essas cenas que nós vemos hoje nas ruas de Porto Alegre, de pessoas desamparadas, que precisam de uma série de restabelecimento de seus direitos. No entanto, a Brigada Militar é, sim, uma instituição que caminha aí para os 200 anos, e ela é necessária para manutenção

da ordem, se não fosse, não existiríamos tal qual esta Casa, tal qual o Poder Executivo. A Brigada Militar é a instituição que representa o Estado e que garante segurança a todas as pessoas que precisam, inclusive essas pessoas em situação de vulnerabilidade. Então, nós estamos ali para fazer esse resgate, para apoiar os órgãos. Nós integramos, como os demais, essa operação conjunta, justamente porque todos nós, que estamos aqui nesta sala, temos um papel importante na solução desse problema. Como bem disse o secretário, agora, não é algo simples resolver, se fosse, não estaríamos aqui. Precisa que todos os atores e todas as instituições unam forças e estejam dispostos a resolver. Nós temos, sim, uma criminalidade muito alta nesses ambientes, é importante que se diga isso, tanto de furtos e roubos, mas especialmente da própria comunidade vítima, da própria população vulnerável, vítimas de estupro, vítimas do tráfico, estão tendo seus cartões, como o colega falou, saqueados pelo tráfico para subsidiar a dependência química. Então esses crimes existem, nós não podemos fechar os olhos, e a Brigada Militar vai ser sempre parceira de todos os senhores e senhoras... Prostituição infantil, bem lembrado. Então, nós estamos aqui para integrar forças com todos os senhores e senhoras. Eu peço que esse trabalho não se esgote hoje, que a reunião passe para uma parte mais prática, que adiram aí a essa operação, todos esses integrantes, para que, juntos, os senhores passam acompanhar os nossos passos, reconhecer o nosso serviço, que nós possamos ouvi-los também e poder aplicar tudo aquilo que não tiver dentro do acordo, ou na ideia de cada um dos senhores. Preciso colocar que qualquer denúncia de atos isolados ou não, que tenham sido cometidos por agentes públicos, nós todos aqui temos o dever de apurar, mas é importante que as informações cheguem até nós, para que nós possamos agir, porque o que nós queremos, como eu disse, é que todos tenham a sua dignidade restaurada. Muito obrigada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu lhe pergunto apenas, major, já que a senhora colocou de forma correta e gentil, pelo menos dois números, um telefone

– eu deveria ter perguntado, foi falha minha – da Guarda Municipal e o telefone da Brigada Militar, dois números que as pessoas possam passar.

SRA. KARINE PIRES SOARES: Denúncias?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É.

SRA. KARINE PIRES SOARES: A gente tem o 180, da secretaria. Porque o 190 é para casos de emergência. Essas denúncias de qualquer agente público podem ser no 180...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): O 180 é municipal?

SRA. KARINE PIRES SOARES: É da Secretaria Estadual.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Estadual. E o municipal?

SRA. KARINE PIRES SOARES: É que qualquer denúncia de crime pode ser apurada, independente da esfera, né? E nós temos também a Corregedoria da Brigada Militar.

SR. JULIANO PASSINI: Nós temos um serviço 24 horas, ali na nossa pasta, que é o CRDH - Centro de Referência Direitos Humanos. Se alguém estiver se sentindo violado, é 24 horas o atendimento, a gente faz a transversalidade entre os serviços públicos. Posso dizer o telefone, vereador?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Claro! Deve, por favor!

SR. JULIANO PASSINI: O número é 99970 5394. Ele funciona 24/7, 24h por dia.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Atentem: 99970 5394.

SR. JULIANO PASSINI: E peço desculpa também, vereador, o meu adjunto vai assumir aqui, eu tenho uma reunião agora de sanções de lei, com o prefeito. A secretaria está de portas abertas, ressalto. Um secretário novo, numa pasta nova, com muita disposição. Certo?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado. Fique à vontade. Por favor, a Sra. Cristiane, representante da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre está com a palavra.

SRA. CRISTIANE CATARINA OLIVEIRA: Boa tarde. Meu nome é Cristiane Catarina Oliveira, procuradora do Município, representando aqui a PGM, para trazer a disposição da Procuradoria também, como órgão de controle jurídico, para todo apoio em qualquer ação do Município. Especificamente eu atuo na área social, mas tem um colega também da segurança, e há pouco tempo também estava na Secretaria da Segurança. Nós temos, na Procuradoria, procuradorias especializadas que estão à disposição da Comissão, da vereança e das entidades para dar o apoio jurídico às ações municipais. E a garantia dos direitos humanos também faz parte das atribuições como garantia de legalidade da PGM. Ficamos à disposição aqui.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Agradeço muito e informo que a senhora teria mais um minuto, mas eu agradeço, sobremaneira. Conheço o trabalho da PGM, gosto de trabalho, sei que ele é sério, e a senhora colocando à disposição, sem dúvida é positivo. O desembargador Francesco Conti está com a palavra. Se eu me enganar, por favor, desembargador, me corrija, mas há uma comissão de direitos humanos no Tribunal de Justiça, é isso?

SR. FRANCESCO CONTI: Primeiramente, eu gostaria de saudar todas e todos, especialmente na pessoa do nosso presidente da comissão, o vereador-

presidente e também o nosso Ver. Pedro Ruas. Bem, exatamente! O Tribunal de Justiça tem uma comissão de direitos humanos, desde o ano de 2014, integrada por três desembargadores e três juízes de direito, e atuamos em todas as áreas dos direitos humanos. Quero saudar pela iniciativa desta reunião, eu acho que, pelo que eu vejo, está sendo bastante produtiva. Vê-se que há um propósito único de proteção das pessoas em situação de rua, no sentido de acolhermos, da melhor maneira possível. E, aproveitando a situação, a oportunidade, os direitos humanos são de difícil definição, muitas vezes, né? Tem-se, muito popularmente, os direitos humanos como direitos de bandidos. E, na realidade, os direitos humanos nós podemos definir em duas palavras, que são liberdade e igualdade. A nossa [Constituição Federal](#), especialmente no art. 5º e no art. 6º, trouxe para o nosso ordenamento jurídico os dois pactos internacionais que tratam da questão de direitos humanos: o pacto de direitos civis e políticos – que são direitos de liberdade; e o pacto dos direitos sociais, econômicos e culturais, que é o que está no art. 6º. Então, o Brasil é um dos países que adotaram os dois pactos: de liberdade e de igualdade. E é importante a presença aqui do Ministério Público Federal, do Ministério Público e da Defensoria Pública, que eu vi que foram citados, estão presentes, porque o Brasil adota esses dois pactos e adota os direitos civis e políticos são os direitos de liberdade, que têm a ver aqui especialmente com a questão das pessoas em situação de rua, é direito de ir e vir, direito de votar e ser votado, direitos políticos; e os direitos de igualdade são os direitos do art. 6º, que são os direitos de moradia – que também é importante para as pessoas –, de alimentação adequada, educação, terra, cultura, enfim, todos os direitos sociais – são direitos de igualdade. E no Brasil foi estabelecido na Constituição Federal que a instituição que tem a obrigação de fazer a defesa desses direitos é o Ministério Público, que é o único Ministério Público do mundo que tem essa atribuição de defensor de direitos humanos. Então, eles têm a obrigação de defender os direitos humanos, e a Defensoria Pública, a partir de 2014, e também foi incluída na Constituição como defensora de direitos humanos no Brasil. Então, especialmente para a questão, como todos nós sabemos, o Tribunal de Justiça, então, é onde se discute, onde esses atores,

vamos dizer, a Defensoria Pública.... Quando houver violação de direitos humanos, é importante que essas duas instituições, qualquer uma das duas, deva ser procurada por qualquer pessoa que tiver direito humano violado. Então, essas duas instituições, no País, têm essa atribuição, essa obrigação legal de fazer a defesa dos direitos humanos no País. Então, eles, através do Poder Judiciário, podem alcançar as pessoas violadas, e aí são segmentos sociais especiais de proteção, que são as pessoas em situação de rua, os indígenas, os idosos, os negros, as pessoas com deficiência, segmentos sociais específicos. Então, todos esses segmentos sociais ou pessoas que têm os seus direitos humanos violados devem e podem procurar essas duas instituições, que elas têm a obrigação constitucional de fazer a defesa perante o Poder Judiciário, que vai dar então um encaminhamento, através da interpretação e da aplicação das leis vigentes.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, desembargador. Lembrem que nós temos o tempo de TV, e eu vou fazer dois minutos nas inscrições, senão nós não conseguiremos completar. Eu vou dizer quem está inscrito, só para pessoa ficar atenta: o Cléo Goulart; o Paulo Guarnieri; a Jacqueline; a Maninha Medeiros; o João Roberto Fraga; a Ana; e o Nelson Khalil. Então fiquem atentos que são essas pessoas que eu vou chamar nessa ordem. Contarei dois minutos. Está bem? Então, de imediato, o Cléo Goulart. Dois minutos.

SR. CLÉO GOULART: Boa tarde, Ver. Pedro Ruas, saúdo também o Renato, que é uma pessoa que me conhece desde o início da luta, lá da infância, e o Renato pode falar das questões da dificuldade, quando muitas vezes me pergunto: como seria trabalhar com essa gente? Eu respondo, Renato: é muito fácil, faça um curso de vivência, entre em casa, um piá de 10 12 anos, e vê os pais cozinhando num fogo de chão, porque o gás estava desligado em casa, secretário Matheus, por não ter comida, às vezes, muito dada pelos vizinhos, Ver. Pedro Ruas. Quem tem isso vai saber como lidar com essa gente, como alguns dizem; como alguns que ocupam esta Casa e ocupam a Prefeitura têm

essa visão, infelizmente, de lidar com essa gente. Então, eu quero passar um pouco, Renato, a nossa visão, como trabalhador do espaço: como é complicado. Nós temos uma tradição, Sr. Jair, que é de trabalhar com o POP de porta aberta, com diálogo com a população de rua, ouvindo, sem a repressão armada na porta, ou seja, dialogando com o povo, buscando pelo diálogo a melhor forma para facilitar, inclusive, para as forças de segurança, para não chegar a um ponto extremo. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Então, eu trago a visão do trabalhador: como é difícil, quando começa o ambiente abrindo para servir o café ou dar o banho e chegar o pessoal de uma forma desordenada, desorganizada. Não estamos aqui falando contra as operações, mas da maneira como eles chegam, afugentando aquele usuário para dentro do espaço, desordenando tudo. Isso é complicado para o lado do trabalhador. A Defensoria não está aqui, mas eu sei que a Defensoria tem, inclusive, abertura de canal para tratar com educadores e trabalhadores da ação social que estão sofrendo danos por isso. Então, é só para essa parte que a gente pede cuidado: cuidar também dos educadores, do pessoal que está trabalhando, porque se começar a afetar, a deixar doente a pessoa que está trabalhando, não vai restar gente para trabalhar. E outra, Pedro; eu fiz uma *live* com a nossa amiga Regina e eu quero aqui deixar bem claro que nós temos que desfazer esse mito, Pedro: nem todo mundo que está na rua é por questão da droga; nós temos questão de saúde mental muito grave, nós temos a maldita questão, hoje em dia, que é a homofobia, de quem não aceita, às vezes, a questão sexual da pessoa. Esse preconceito também joga a pessoa na rua. Então, nós temos que levar muito em conta, Pedro, sair dessa caixa, achar que é só a droga ou álcool que joga a pessoa na rua. Porque não é.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Cléo Goulart, educador social. Quero saudar também a presença do Português, que está aqui entre nós. Eu passo a palavra para o Paulo Guarnieri, por dois minutos.

SR. PAULO GUARNIERI: Quero saudar a iniciativa do vereador ao discutir esse tema tão importante para a cidade; saudar as vereadoras e os vereadores na Mesa; pessoal do governo, meus respeitos; e saudar meus companheiros, os apoiadores do Movimento dos Catadores e das pessoas em situação de rua. Eu sou da Associação Voluntários da Ecologia, trago aqui a saudação do nosso presidente, Ismael, que infelizmente não pode comparecer, tinha uma consulta da filha hoje, exatamente nesse horário, e me pediu para fazer essa representação e dizer que essa operação na Vila dos Papeleiros serviu mais quase que exclusivamente para apreender carrinhos de catadores, que é o principal meio de produção do catador, como diz o Sr. Antônio, apreender materiais, materiais esses coletados, criados, acondicionados, prontos para o comércio, que é o mesmo que faz o Programa Todos Somos Porto Alegre, foram apreendidos dinheiro do catador, foi levado dinheiro de trabalho, às vezes, de uma semana do catador foi levado por essa operação (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.), com ações violentas, vereador, que foi da bofetada ao gás lacrimogêneo, notificando galpões, para onde os catadores levam o produto do seu trabalho. E, assim, vereador, desculpa, mas eu não falo aqui de menos de uma centena de drogados e alcoólatras; não, eu falo aqui de mais de 500 trabalhadores em reciclagem naquelas imediações da Vila dos Papeleiros, que tiveram essa ação violenta. Enquanto a política nacional de resíduos sólidos manda incluir os catadores, aqui se faz isso. Quando a política municipal manda incluir as pessoas jurídicas dedicadas ao trabalho com resíduos recicláveis, os nossos associados, lá na Vila dos Papeleiros, sofrem essa opressão de bomba de gás lacrimogêneo, ação violenta. Confundem as coisas, vereador. E o estranho é que só o catador é atacado. Porque o traficante não foi. Vejam se nas tuas ações na Vila dos Papeleiros alguma coisa de droga foi levantada! Nada! Só o material dos catadores, só o trabalho dos catadores é que foi levado. E a própria Lei nº 10.531, vereador, o senhor sabe disso, permite a circulação dos carrinhos até dezembro desse ano, pelo menos. E os carrinhos foram apreendidos! Contra a lei, vereador, porque a lei permite! Apelo aos vereadores: pesquisem a Lei nº 10.531, o parágrafo único do artigo 2º: no

Programa Todos Somos Porto Alegre não estão incluídas as ações de capacitação dos catadores cadastrados para a promoção da coleta, separação e reciclagem! A prefeitura nem fala e proíbe a coleta. Então, cumpram a lei, por favor!

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Paulo Guarnieri. Eu conheço essa lei, na verdade, há uma prorrogação de prazo aí, é correto o que diz o Guarnieri, e se há carrinhos apreendidos, que são meios subsistência, não tem nada a ver com tráfico, eles têm que ser devolvidos. É evidente que sim.

Quando alguém disse que não havia a presença da Defensoria, há, sim. O próprio ouvidor da Defensoria está aí, o Dr. Rodrigo está aqui presente, só não está na Mesa, porque que eu não posso colocar todos na Mesa. Há também o MP... Sim, por favor, Dr. Rodrigo, por gentileza. Eu acho que também o procurador federal, por gentileza, perdão, é defensor público federal. Exatamente aqui é um defensor público estadual e o defensor público federal. Ambos agora estão na Mesa, desde que haja uma cadeira evidentemente, a velha condição da cadeira que sem a qual não... Não vá sair da sua cadeira não, fique aí. O senhor precisa se levantar? Não, fique à vontade. Agradeço a sua presença. Pense naquele tema, por gentileza – eu sei que o senhor é sensível – da devolução dos carrinhos, isso não tem a ver com tráfico. Por favor, Dr. Matheus, secretário. Mais uma cadeira. A Sra. Jacqueline Junker Fuques, do Centro Social da Rua, está com a palavra.

SRA. JACQUELINE JUNKER FUQUES: Boa tarde a todos da Mesa, eu não vou me referir à autoridade, não sou muito boa nessas questões. Mas muito me chama atenção que a gente tratou o tempo todo aqui pobreza como crime. Pobreza não é crime, não é questão de segurança pública. Me incomoda também, ver que nós temos o outro lado da Mesa, discutindo questões de vulnerabilidades; vários representantes da Segurança Pública, pobreza não é questão de segurança pública. Não é questão de choque de ordem. Então isso me incomoda e reitero aqui: pobreza não é crime, não está em nenhum momento

em nenhum código – qualquer um aqui me corrija – pobreza como crime; agora, fobia a ela sim, seja praticada pelo Estado ou pelo indivíduo, não é? Aí, sim, é crime.

A outra questão é que, sim, nós temos uma divisão nesta cidade, sargento da Brigada, que está diferente. O 4º Distrito, sim, quer a saída não só daquela população pobre dali e que já estava ali antes de o 4º Distrito se definir como um lugar modinha, certo? Há muito tempo eles estavam ali, quando ninguém queria mais.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Um minuto, Jaque, por favor.

SRA. JACQUELINE JUNKER FUQUES: Aquela vila eles querem que saia dali, tanto que eles têm feito várias audiências em que tem sido dada tanta importância a ela que até o seu Sr. Prefeito se faz presente, que aqui não está. Então acho que isso dá o grau de importância que têm, nesta cidade, determinados cidadãos e outros não tão cidadãos. Então isso eu queria deixar muito claro. Sim, há uma diferença; sim, há lados e há, infelizmente, oposições. Gostaria muito de fechar contigo e dizer que não tem, mas infelizmente tem, só que é na pele e no couro de quem é muito pobre que isso está doendo, isso está sangrando. E eu vejo isso todo dia, eu vejo isso quando não é mais permitido distribuir alimento, eu vejo isso quando a pressão política para que o Centro POP seja fechado naquela região, para que o CAPS IV não retorne para aquela região. Por que isso é fato, e como dizem alguns, contra fatos não há argumentos.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Tempo, Jaque, muito obrigado. Muito obrigado, houve a inscrição da Sra. Maninha Medeiros, da Frente Parlamentar dos Catadores, que cedeu o seu lugar para o português, que será ao final. Não é agora, português, ainda não.

Antes, vou passar a palavra à Ver.^a Fernanda Barth, estava escrita e que tem médico depois. Passo o meu microfone para ela. A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Obrigada a todos os presentes e a quem trouxe esse tema tão importante para o nosso debate. Vejo muitos amigos aqui, muitas caras conhecidas, e primeiro eu gostaria de deixar uma coisa aqui que realmente me incomoda quando palavras são colocadas como afirmações, sendo que elas não foram feitas. Ninguém disse que pobreza é crime aqui, ninguém disse que há choque de ordem contra população de rua. Aliás isso foi bastante esclarecido pelo pessoal da segurança que está aqui hoje, é uma operação nacional e ela tem outro foco. A gente tem um problema histórico que a equipe de abordagem de rua, que é muito eficiente na FASC, não consegue reencaminhar e retirar da rua quem não quer sair da rua, mesmo quando se oferece oportunidade de qualificação, de reinserção social; quando se oferece lugar para dormir, banho quente, porquê? Porque tem uma série de liberdades que a rua traz que o acolhimento não permite, entre elas está a questão da droga, do álcool, do sexo – eu não estou aqui generalizando, dizendo que são todos. Mas eu conheço essa dificuldade das equipes de abordagem e digo que uma das minhas grandes batalhas – e não é de hoje – é em relação à absurda política de redução de leitos de saúde mental, que não é uma questão particular de Porto Alegre, é uma questão nacional e estadual. A gente viu ano a ano leitos sendo retirados, e as pessoas não tem para onde ir, não tem a quem recorrer, não tem como pagar uma internação; a família não tem como pagar, as pessoas acabam na rua. Inclusive dia 29 de abril, eu tenho uma reunião que eu vou propor aqui nesta frente, aqui nesta comissão, que é justamente em relação à questão da falta dos leitos de saúde mental e do impacto que isso traz para toda população, que é uma política que precisa ser revista. Então a questão da autoestima de quem mora na rua, da necessidade do acompanhamento psicológico, da reinserção que é tão difícil de fazer muitas vezes, da capacitação para uma vaga, porque as pessoas às vezes... Às vezes, eu já conversei com alguns moradores

de rua que são até formados, tem até curso superior, estão na rua por “n” questões de vida, mas alguns realmente não passaram por nenhum tipo de capacitação, não têm oportunidade, estão com a autoestima tão baixa que não conseguem se ver em qualquer outro lugar que não seja a rua. Eu tive, durante dois anos, uma experiência com um morador, na época, quando eu morava na Rua Augusto Pestana, não sei se vocês conhecem, fica entre o Hospital de Clínicas e o HPS. Era um rapaz muito novo, devia ter uns 20 e poucos anos, e ele foi para a rua porque a mãe dele, que morava em Alvorada, não queria que ele usasse droga em casa. Ele veio morar na rua e se estabeleceu ali, na Rua Augusto Pestana. Não tinha 10, 15 dias em que ele não aparecia com um ferimento, com um ponto na testa ou com alguma fratura; porque ele vivia envolvido com violência. Um dia ele me pediu, no meio de um temporal, que eu abrisse a porta porque ele precisava guardar uma bicicleta; eu, de bom grado, abri a porta para deixá-lo guardar a bicicleta, depois descobri que a bicicleta roubada e tive que devolver ao proprietário. Então, é uma série de questões que a gente vem a enfrentar. Um belo dia ele desapareceu, eu nunca mais o vi. Isso que eu dava livros para ele, a gente ajudava sempre que possível. Ele tinha sido morto num conflito na rua. Então, ninguém pode querer manter pessoas em situação de rua, isso precisa ser superado, a situação de rua precisa ser superada, não é natural. Se a gente não tiver as políticas necessárias para que essas pessoas possam, de fato, sair dali e ter um acolhimento, ter uma reintegração, voltar para a casa dos seus parentes, ter uma oportunidade de uma outra vivência, a gente não pode ficar fazendo hipocrisia aqui e querendo que as pessoas tenham que conviver com todo tipo de situação de rua de braços cruzados, porque o Estado é impotente e não pode fazer nada em relação a isso. Segurança tem todo o meu apoio, assistência social tem todo o meu apoio, a nova secretaria de inclusão tem todo o meu apoio e essa comissão também. Eu convido todos que estão aqui para estarem nessa reunião, dia 29, sobre a questão dos leitos de saúde mental, que eu tenho certeza que tem uma participação muito grande nessa situação, nós precisamos garantir que quem

quer sair da rua e precisa passar por um tratamento tenha essa condição garantida pelo Estado sem ter custos. Muito obrigada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver. Fernanda Bath. Ver. Erick Dêníl está com a palavra.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Novamente, boa tarde a todos e todas. Eu gostaria de fazer algumas observações dentro da fala da Ver^a Fernanda Barth, mas também acrescentar outras observações sobre o meu ponto de vista a respeito desse tema. Primeiro, eu concordo com a tua fala sobre a marginalização das pessoas mais pobres da nossa cidade. A operação Choque de Ordem, infelizmente, tem endereço. O endereço é Vila do Papeleiros, Vila Farrapos, Restinga, Vila Cruzeiro, Ruben Berta. E ela é uma operação higienista, porque as falas aqui de todos que são ligados à Prefeitura me preocupam, Pedro, porque apresentam os problemas, mas não apresentam proposta para solucionar esses problemas. Então, por exemplo: qual é a alternativa que a Prefeitura dá hoje para as pessoas que estão em situação de drogadição? Não tem alternativa. A alternativa que se tem é insuficiente. Qual é a alternativa que as pessoas dão – que a Prefeitura e o Estado, que deveriam cuidar dessas pessoas – ofertam em se tratando de política pública de moradia? Não tem, quando tem é a Pousada Garoa, que foi mal administrada, mal cuidada e infelizmente foi incendiada – pegou fogo. Tenho participado da CPI da Pousada Garoa, infelizmente, tiveram mortes na Pousada Garoa. Dias depois do acontecimento, um dos indiciados a Prefeitura nomeou novamente como secretário. A pena do crime, de quem cometeu o crime e foi responsável, foi ser nomeado depois na Prefeitura de Porto Alegre. Também fica pergunta: qual a política pública para a saúde mental das pessoas em situação de rua? Não tem, é insuficiente. Portanto, a Prefeitura de Porto Alegre não apresenta uma proposta clara e concreta para solucionar, de forma inclusiva e multidisciplinar, para essas pessoas que estão invisíveis perante os olhos do Estado. Isso é muito grave. Portanto o dever do Estado, o dever da sociedade, o nosso dever é cuidar

dessas pessoas que hoje são invisíveis. E para concluir, Ver. Pedro Ruas. Porto Alegre, de 2023 para cá, cresceu em 30% a população em situação de rua, saindo de 4 mil para 5.226 pessoas, superando a média nacional, que é de 25%, e superando a média do Estado, que é de 23%. Após a enchente, a população de rua cresceu 14% em Porto Alegre. Em torno de 13% desse crescimento são mulheres, na média de 30 anos e 59 anos. Isso tem fatores múltiplos: enchente, desemprego, extinção da FASC. Política pública em Porto Alegre, não se tem, ao contrário, extinguiram a FASC. Portanto, muitos questionamentos, muitas críticas à população de rua e nenhuma proposta inclusiva que trate com dignidade essas pessoas que são invisíveis. Trago aqui, quero compartilhar com a Mesa e com todos que estão aqui, as imagens que a minha assessoria teve acesso, que chegou até nós. E aí fica o questionamento, e não estou aqui pessoalizando a crítica, estou falando da instituição, da polícia, que na operação na Vila dos Papeleiros tinha uma viatura da polícia, da Guarda Municipal e da Brigada, sem placa. Qual o medo da identificação? Gente, não é brincadeira isso, a comissão dos direitos humanos tem essa responsabilidade de fazer esses questionamentos e fazer essa abordagem. Para concluir, de fato, não dá mais para polícia militar, para Guarda Municipal, o policiamento tratar trabalhadores – que reciclam, que têm seus ganhos de vida com a reciclagem, que criam seus filhos e querem dignidade – com violência. A gente não quer mais receber essas imagens aqui, a gente quer receber a polícia amiga ao lado do trabalhador. Eu vou compartilhar com vocês essas imagens, eu acho que é um objetivo coletivo nosso para tentar superar esses problemas. Eu não sou daqueles que acham que a Polícia Militar não deve exercer um serviço na cidade, ou no Estado, só que tem que ter uma relação de proteção ao cidadão da cidade. E o que eu recebo aqui, crítico e questiono, é a violência praticada contra essas pessoas que já são excluídas pela sociedade. Se já têm invisibilidade, já são pessoas que precisam da proteção do Estado, e elas são violentadas, aí de fato a autoestima fica muito baixa. Pena que a minha colega, Ver.^a Fernanda Barth, não está aqui para ouvir os motivos da baixa estima dessas pessoas. Temos que tratar isso com seriedade, com responsabilidade, e apresentador, Ver. Pedro, alternativas

para solucionar esse problema. E não é reprimido, porque, tirando essas pessoas da rua, para algum lugar elas irão. Então, nós não vamos estar resolvendo o problema, nós vamos estar criando um problema, tocando-as para longe dos grandes centros urbanos, e criando uma paisagem da cidade de Porto Alegre, como se elas não existissem; e elas existem.

Portanto, é preciso tratar isso com seriedade e com respeito, que a gente possa produzir nesta reunião da CEDECONDH um documento, um encaminhamento onde a gente possa ter mais cuidado com essas ações e possa tratar com respeito. Amanhã também, faço um convite, tem aqui na Câmara o lançamento da atividade que trata sobre a PPP dos resíduos, do lixo, e querem privatizar na cidade de Porto Alegre, inclusive impedir o trabalho dos recicladores, que hoje têm a sua fonte de renda, que coloca comida nas suas mesas através da reciclagem, e daí fazem a sua renda. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Erick Dêníl. Há uma orientação regimental, o vereador tem direito à palavra. Eu só peço que sejamos... nós estamos com 21 minutos, e há quatro inscritos depois do Ver. Marcelo, além do senhor. O Ver. Marcelo, por sinal, foi um grande presidente nesta comissão, está com a palavra.

VEREADOR MARCELO BERNARDI (PSDB): Boa tarde, a todos aqui presentes. Fico muito feliz, Pedro, em nós estarmos tendo essa reunião hoje para tratar desse tema, principalmente nesta comissão que tem esse dever de trazer a sociedade aqui para dentro da Câmara, juntamente com o Executivo, Legislativo, para que a gente possa, assim, fazer essa ligação entre esses entes para trazer esse diálogo de realidade. Muitas vezes, essa realidade precisa chegar na ponta. E digo para vocês que, inclusive, hoje na parte da manhã, tivemos uma realidade para tratar sobre o tema da saúde aqui na cidade de Porto Alegre, que está colapsando, porque Porto Alegre hoje recebe mais de 60% dos atendimentos da Região Metropolitana, de outras cidades. Hoje a Moacyr Scliar

está com uma superlotação de mais de 340%, uma realidade que tem que ser revista.

Eu estava procurando agora aqui também, porque eu lembrei, eu vi uma reportagem, em um meio de comunicação essa semana, de uma cidade que estava mandando moradores de rua para outra cidade, ou seja, para resolver o problema. Diferente de Porto Alegre, porque Porto Alegre acaba sendo referência para os moradores de rua de outras regiões. Se vocês forem ver, eu fui conselheiro tutelar por 20 anos, muitos adolescentes, crianças que acessava a nossa cidade, principalmente em situação de... (Ininteligível). Está aqui a equipe de rua, está aqui o irmão Miguel, que tem um vasto e excelente trabalho na Vila dos Papeleiros. Então, dizer que é um trabalho muito difícil. E esse é o primeiro diálogo que nós estamos tendo aqui nesta Casa para tratar desse tema, teremos outras oportunidades. Porque que é um grupo de trabalho que está sendo formado aqui, vocês estão recebendo as demandas, que a comunidade, que a sociedade civil está trazendo, e, com certeza, levarão para as suas chefias, enfim, o senhor está aqui representando o comando da Brigada Militar, assim como os demais também, para que a gente consiga, na próxima oportunidade tiver, ver o retorno que nós teremos aqui dessa primeira reunião. Então, eu volto a dizer que nós temos vereadores de vários partidos,, mas o nosso partido, hoje, aqui, é resolver esses problemas que chegam na nossa comissão. Tive oportunidade de ser presidente ao lado do Ver. Pedro Ruas, que fizemos um belo trabalho aqui, juntos, porque nós não fazemos nada sozinhos, nós dependemos uns dos outros. Aqui não tem partido, porque a demanda, a situação de rua não tem partido, os problemas que estão lá, drogadição, não tem partido. Sabemos que os problemas, principalmente no que se trata dos moradores de rua, problemas de drogadição, trata-se de políticas públicas. Eu lembro muito bem, muitas famílias, quantas crianças e adolescentes, Pedro, nós tivemos que colocar em acolhimento por questões de drogadição da família. Então, se você não tratar bem a família, se não tratar bem o problema na raiz, nada funciona, porque a criança não pode voltar, a família não pode voltar sem ser tratada. Então, tem que ter políticas públicas, tem que ter esse olhar

diferente. A Ver.^a Fernanda falou coisa, saúde mental, nós não temos hoje saúde mental em Porto Alegre, uma das maiores dificuldades. Vai fazer o quê? O mesmo tratamento para uma pessoa que é usuária de drogas, para uma criança, adolescente, que é quem tem o direito, um mês apenas? O que vai fazer? Vão ser medicados e vão ser colocados na rua. Portanto, tem que ser um trabalho, principalmente, tratado com mais seriedade, porque na rua, ali, todos têm um motivo de estarem na rua. Ninguém está ali porque quer, ninguém está ali porque escolheu estar na rua, por ser morador de rua. Eu fui taxista por oito anos aqui nesta cidade. Nós tínhamos uma moradora de rua que frequentava a Rodoviária, onde eu trabalhei, que ela tinha três faculdades, falava não sei quantas línguas, mas, infelizmente, a vida fez com que ela estivesse ali. E são situações como essas... E eu me coloco na situação do agente das abordagens de rua, as abordagens de rua são muito delicadas. Elas têm que ser, de fato, feitas com... Não, o Ver. Erick Dêníl falou bastante, falou mais que três minutos. Não é porque ele é o presidente... Nada pessoal, vereador.

Mas eu acredito que, sim, que tem que ser cada vez mais fortalecido, ter mais investimentos, principalmente nessa área, para que a gente possa ter mais resposta. Para que a Brigada Militar... eu tenho... sou parente, a família toda é brigadiana, e nós sabemos. Hoje, toda ação tem uma reação. Nos meios de comunicação, a gente vê no Brasil inteiro, hoje, qualquer um pega seu celular e filma. Se tiver alguma situação, vão filmar, vão passar para os órgãos competentes e vai existir; assim como tem bons em tudo, também tem os maus, mas tem serviços ali que a preocupação, muito, é: vou denunciar para quem essa arbitrariedade? Esse abuso de poder? Então, a comunidade precisa canal direto também, que ela saiba que ela vai ter a sua identidade preservada, entendeu? O que o Pedro disse aqui, que muitas pessoas não quiseram vir hoje, isso é uma realidade. Eu, que moro em vila, me criei em vila, em periferia, nós sabemos a cultura que de dentro das comunidades. Felizmente, a gente sabe que tem os bons, mas também tem os ruins, assim como tem em tudo que é lugar. Mas nós precisamos ter esse canal direto para que as pessoas se sintam mais tranquilas, as pessoas se sintam mais protegidas. O disque 100, que é de

Brasília, é um mecanismo bom também, principalmente para denúncia de crianças em situação de abuso, em diversas situações, onde a pessoa pode ter a sua identidade preservada, não precisa dizer o nome. Enfim, tem essa possibilidade. Então, coloco aqui que a comunidade precisa ter mais resposta para quando houver uma arbitrariedade nesse sentido, saber para onde ela pode ir, quem procurar. Então, é isso que eu acredito que falte muito também, né? A gente sabe que o tráfico está em tudo, a gente sabe que a realidade é essa, mas a gente tem que saber que daquele lado ali tem muitos trabalhadores e muitas pessoas de bem, principalmente das reciclagens, que dependem desse trabalho. Conheço muitas pessoas que têm filhos que hoje estão na faculdade, que pagaram a sua faculdade ou estão pagando, com a reciclagem. Então, é um trabalho muito árduo, é o primeiro encontro e acredito que a gente vai ter muitos encontros para debater muito mais esse tema ainda. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ver. Marcelo Bernardi.

SR. RAFAEL BERNARDO DE OLIVEIRA: Eu agradeço a gentileza, eu tenho compromisso agora, oficial, com a Prefeitura. E quero dizer aos senhores que a secretaria de segurança, em momento algum, compactua com a covardia, com o abuso de autoridade, com a violência, e que nós estamos ali para proteger, para acolher e para incluir, de qualquer forma. Essa é a nossa gestão e podem confiar que qualquer ato abusivo ou fora da lei, que vá contra a dignidade e a liberdade do cidadão, será apurado por essa secretaria. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Apenas para dizer, Ver. Marcelo Bernardi, que os relatos que eu tive, de receio das pessoas, não era receio dos traficantes, era receio das autoridades. Foram os relatos que eu tive. O secretário está com a palavra.

SR. DANIEL MORETHSON: Boa tarde a todos, eu sou o Daniel Morethson, estou secretário adjunto da inclusão e desenvolvimento humano. Eu trago aqui

a pauta de situação de rua, porque me incomoda muito quando falam moradores de rua; acho que rua não é morada de ninguém, e eu falo isso com muita propriedade, porque eu estive em situação de rua nos anos 2005 e 2006, logo quando assumi minha orientação sexual, como trouxe o agente ali. Pela minha orientação sexual, minha família não me aceitou; estou falando lá de 2005, 2006. Hoje, Ver. Erick, estando no poder público, tendo a oportunidade de fazer a mudança daquilo que eu vivenciei lá na ponta, muitas vezes eu entendo a ação dos agentes de segurança, porque quando tu estás em situação de rua, tu ficas refém do tráfico, tu ficas refém da alimentação noturna, de quem vai levar a marmita; o meu lugar de situação de rua era Praça Brigadeiro Sampaio, ali do lado do Exército, naquelas árvores era a minha acolhida. Eu me ressocializei muito muito rapidamente porque eu conheci muitas pessoas trans, tive uma inserção dentro do mundo mulheres trans, tive uma vivência lá, uma reconstrução, e acabei me integrando novamente na sociedade. Mas quando a gente fala que falta política pública, eu acredito que nós estamos no caminho correto da política pública, porque tu não consegues fazer uma política pública sem dados, isso é fato, tanto é que, hoje, políticas públicas para LGBT, nível nacional, não se tem, porque até hoje não se tem dados.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Tem que manter, à exceção do Regimento para os vereadores, então, fechou 2 minutos; 1 minuto é o seu tempo.

SR. DANIEL MORETHSON: Mas hoje, em Porto Alegre, só para deixar muito transparente aqui, 46% da população em situação de rua não é de Porto Alegre. A gente começa a pensar por aí. Os outros 50% da população em situação de rua são pessoas, sim, que estão em drogadição, ou seja pelo álcool, ou seja pela droga. E disso eu posso falar porque eu estive lá, na rua. Muitas vezes, quando chegava um agente para pegar e fazer o acolhimento, a própria pessoa, por estar drogadição, ela não queria ser internada, e tu não podes interná-la, diferente de um filho de um empresário, que vai lá e diz: não, eu vou pagar a clínica para o meu filho, vocês venham aqui e levem o meu filho. Só que o pobre não pode ser

internado assim, porque a justiça não permite. Então a gente tem que rever muito de quem é a obrigação. Porque o poder público quer fazer, o Poder Judiciário tem a sua parte para fazer, mas nós não podemos pegar um dependente químico, que é problema, sim, de saúde mental, e colocar dentro de uma viatura, obrigado; a gente quer salvar aquele indivíduo, só que no momento em que ele está em drogadição, ele não quer ser salvo. Então, essa é uma questão de saúde mental. Trago essa pequena contribuição. A secretaria está de portas abertas para irem lá, levar construção para políticas públicas, junto, porque a gente acredita que só faz política pública quem vivencia ela. Obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Obrigado, secretário. Nós temos aqui poucos minutos, mas eu vou ser uma pessoa horrível, de antipatia, de cortar o tempo das pessoas, mas eu não tenho saída, não tenho alternativa, senão nós vamos ficar sem a televisão. Então, fechou um minuto, vai usar um minuto; terminou um minuto, eu vou dizer: tempo e fechou. O próximo orador é o João Roberto Fraga que, aliás, é o vice-presidente da Arevipa, é isso?

SR. JOÃO ROBERTO FRAGA: Boa tarde a todos e a todas, sou vice-presidente da Associação de Reciclagem Ecológica da Vila dos Papeleiros - Arevipa. Estou aqui para fazer uma reclamação sobre Guarda Municipal e Brigada Militar. Guarda Municipal – tivemos, mais ou menos há uns dois ou três meses, uma reunião na Prefeitura reclamando da abordagem deles. Na frente do Sase tinha um morador de rua, dormindo – ele tinha câncer. E qual foi a abordagem do soldado da Guarda Municipal? Chutes na cabeça, gritando: “Sai, vagabundo.” E o rapaz de impossibilitado de se locomover. E ainda tem um cidadão que foi falar, não vou citar nomes aqui, e o Guarda Municipal disse que ali a lei era ele e que ele fazia o que ele queria. Eles reprimem as pessoas, humilham. E a lei quem faz são eles, dizendo eles. Se apontar, me levar ao quartel eu aponto o soldado que fez isso aí.

E sobre a Brigada Militar, a abordagem também é palavra de baixo calão, humilhando o papeleiro, como eu fui abordado há uns dez dias ... (Presidente

informa que resta um minuto do tempo regimental.) ..., com a minha caminhoneta cheia. Eu estava com minha carteira suspensa, não sabia, fui abordado por ele – errado eu estava, errado eu assumi que estava – mas aí ele começou a me discriminar, dizendo que a minha camionete estava supercheia, puxou meu DIP. Eu sou um ex-albergado, puxei cadeia, tentei entrar no tráfico, na antiga, não me dei bem, paguei o meu erro, e ele começou a me discriminar, dizendo que eu era um vagabundo, que era da família dos traficantes, que ir recolher minha camioneta. O meu erro era a minha carteira vencida, mas como eu não sabia, eu assumi o meu erro. Fiz o concurso, passei, graças a Deus, estou na rua de novo. Ele me deu duas multas: uma pela carteira vencida, até concordo, aí me multou em mais R\$ 200,00 pela carga de lixo que eu estava levando – ainda me chamou de lixeiro – essa é a abordagem da Brigada. E tem mais uma coisinha: eu estou admirado com o nosso gestor de Porto Alegre, que quer proibir que o irmão Miguel, lá no grupo Bortolini, distribua comida para os moradores de rua, e não é só para os moradores de rua. Eu pego comida lá – minha esposa está acamada; tem um senhor lá que a esposa dele é cadeirante, pega lá. São várias pessoas, tem mais de 100 pessoas que pegam comida lá. E a prefeitura quer proibir. Obrigado pela atenção e desculpa se excedi.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu que agradeço a sua intervenção. Só quero dizer ao senhor o seguinte: se alguém proibir de distribuir comida, o senhor comunique à Câmara ou ao meu mandato; nós vamos lá, e ninguém vai proibir de distribuir comida. A Sra. Ana Eberhardt está com a palavra.

SRA. ANA EBERHARDT: Boa tarde, sou trabalhadora do Centro POP 2, que está na Rua Gaspar Martins, no 4º Distrito, é um centro de referência especializado em pessoas em situação de rua. Lá a enchente atingiu 1 metro e 60 centímetros; só no nosso espaço, para vocês terem uma ideia, o lugar ficou fechado por três meses, e a gente foi realocado para trabalhar em outros espaços. Como é que a Operação Choque de Ordem se apresenta para nós? A Romu e a Guarda Municipal, cada um entra num lado da ponta da rua e

encurralam as pessoas até o nosso serviço, que é bem no meio. Então, eles retiram colchão, cobertor, mochila, roupa; aí com poucos documentos que essas pessoas têm, né? E eles vão fortemente armados; inclusive já entraram dentro do Centro POP com arma, ali no nosso serviço. E é muito hostil a ação. Eu fico pensando, se é uma ação de limpeza... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ... é uma questão que a gente se pergunta, né; a Cootravipa passa atrás; porque não ter somente as vassouras, as pás, por que tanta água, por que tanta hostilidade com aquelas pessoas que são sobreviventes da enchente que passou ali. Essas pessoas estão lá há algum tempo já li, tem muita rotatividade, muitas pessoas morrem por várias questões, são sobreviventes também da Pousada Garoa que agora, daqui a umas duas semanas, dez dias vai fechar um ano. A gente perdeu 6 pessoas atendidas no nosso serviço, mas 11 pessoas foram mortas, né? Então a gente não tem muito mais tempo para falar, mas o que eu gostaria de dizer por último é que três albergues que tem na cidade sofreram uma drástica redução das suas vagas – tipo, se tem 5 mil pessoas em situação de rua; os albergues não dão conta de 300 pessoas; então, tendo uma diminuição. E o albergue Dias da Cruz, que tem as vagas para mulheres e para pessoas *trans*, que foram extintas. Muito obrigada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Ana. A extinção do Dias da Cruz realmente foi uma tragédia social. Está com a palavra Nelson Khalil, presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

SR. NELSON KHALIL: Boa tarde a todos, todas e todes, é um prazer estar aqui, Ver. Pedro Ruas, sempre muito batalhador. Eu queria apenas dizer que nessas comunidades, na vila do Papeleiros, no Rubem Berta, em todas as outras, são cometidos pelos menos, dois crimes: um, eu acho que é até menor nessa situação, que é o tráfico de drogas, mas o maior de todos é ausência do Estado, porque se o Estado estivesse lá isso não aconteceria; e quando o Estado entra, entra para fazer esta violência. E me perdoa, representante da Brigada Militar e

da Guarda – eu ouvi o representante da Guarda Municipal – mas isso não é fato isolado; se fosse fato isolado não estaríamos aqui, se fosse uma situação isolada não estaríamos aqui. É uma situação introjetada na força policial, que se repete sempre com essa população invisibilizada, é com ela que isso acontece, e é sempre quando o Estado entra, entra exatamente para agredir essa população...
... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ... deveria estar lá para proteger, entra para agredir. E, meu amigo Dani, outros que falaram a mesma coisa, um discurso que eu estou cansado de ouvir e não faz sentido nenhum dizer que essas pessoas não são de Porto Alegre. Como, se Porto Alegre, na questão da Saúde, recebe para atender o pessoal do interior. As pessoas em situação de rua vêm para cá porque Porto Alegre é a capital; então, estão aqui por causa disso. Então não podemos tratar essa questão de “o CEP não é daqui”. O que é isso?! Pelo amor de Deus! Esse discurso tem que acabar. Nós temos que tratar as pessoas em situação de rua, as pessoas em situação de vulnerabilidade com toda atenção. Eu só peço a mesma atenção com que a gente trata a classe alta, com que a gente trata o pessoal do Embarcadero, com a mesma atenção, só isso. Obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Nelson Khalil, receba os nossos sentimentos pela sua perda permanente. Nossos sentimentos. Agora, temos o Português; depois, o Dr. Rodrigo; depois, fechamos. O Sr. Português está com a palavra.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. PORTUGUÊS: Boa tarde, pessoal do Boca de Rua. Trabalho bem interessante o nosso, viu? O Garoa pegou fogo, eu estava dentro do fogo, né? Deus que me tirou do fogo, daí eu puxei a porta e não vi quando o fogo vinha vindo. E aí eu caí de baixo do fogo, embaixo do fogo. E nós temos o Boca de Rua, porque tiraram todos os pertences do morador de rua e tacaram naquele jornal, a Guarda Municipal, que está tudo ali certinho para eles conhecerem o

nosso trabalho. Inclusive, o nosso trabalho é muito interessante. Nós temos que fazer curso para situação de rua, não ficar sentado aí. O trabalho é muito ter que ver as pessoas, olhar por nós, a Brigada Militar tem que ver o que está acontecendo lá no Centro de Porto Alegre. O nosso trabalho é muito interessante. E não é, é muito assim que choca, choca Porto Alegre. E o nosso trabalho é muito interessante, e eu vejo, eu que não ganho nada para isso, eu ando à noite, eu não durmo, tem morador de rua dormindo nas calçadas, e o prefeito não dá bola para os moradores de rua, né? Nós temos aluguel...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Tem um minuto, Português.

SR. PORTUGUÊS: Eu sou boa pessoa, né? Eu saí das ruas, eu dormi na rua uma vez, apanhei da Brigada uma vez também, a Brigada me bateu, e eu tenho deficiência. Eu ia cobrar da Brigada Militar, eles me bateram uma vez. Eu saí assim, Seu Pedro Ruas, eu saí assim, quando a Brigada me deu, eu saí assim, todo quebrado a pau, e eu quero indenização. Eu quero indenização da Brigada que deu em mim. Eu tenho deficiência. Eles me deram um monte de paulada, prevalecidos. Eu fui preso várias vezes já. Ocupar, resistir! Ocupa todo mundo!

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Português. Antes de passar para o Dr. Rodrigo, o senhor me pediu dez segundos.

VEREADOR MARCELO BERNARDI (PSDB): É só fazer um registro, Ver. Pedro. O Sr. Nelson Khalil colocou que foi dito sobre as demandas que vêm de outras cidades, mas em nenhum momento foi dito que eles não têm voz e vez aqui nos atendimentos. Apenas para fazer o registro que muitas demandas que vêm aqui para a nossa cidade são da Região Metropolitana, tanto da saúde, quanto da situação de rua; mas todos, sim, têm atendimento aqui garantido. Só para fazer o registro, vereador.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Feito o registro. Por favor.

SR. MARCOS MACIEL LUCAS: Rapidamente, é importante ressaltar que todas as acusações feitas aqui, a Guarda Municipal já utiliza câmeras corporais, justamente para apurar qualquer tipo de irregularidade ou comportamento incompatível com a função. Vir aqui falar que apanhou se torna um pouco complicado. O que oriento às pessoas que sofreram, supostamente, algum tipo de abuso? Nós temos a ouvidoria, nós temos a corregedoria da Guarda Municipal, então que vocês façam a denúncia, porque, com as câmeras corporais, nós temos as imagens gravadas de todas as operações. Então, se há alguma irregularidade, eu conto com a ajuda de vocês, nós vamos apurar, nós vamos investigar para ver se, realmente, ocorreu. E, se ocorreu, vereadores, será punido ao rigor da lei, com certeza.

Outro detalhe, vereador, na foto ali eu não vi viatura da Guarda sem placa. O senhor relatou que tinha viatura da Guarda sem placa. Todas as viaturas da Guarda Municipal são identificadas com placa, são identificadas com prefixos. Os agentes a gente consegue acompanhar pelo georreferenciamento, então a gente tem controle de onde estão todas as nossas viaturas. Então, só retificando que não há viatura nossa sem placa nessas ações, e em nenhuma outra também haverá, todas as nossas viaturas são identificadas.

Com relação ao Centro Pop, por que nós entramos em um lado e depois fechamos a via dos dois lados? Porque a gente sabe que o traficante se esconde no meio de moradores de rua. Se eu chegar por um lado, ele vai sair pelo outro. Então tem esse protocolo.

Com relação à remoção de pertences que configuram moradia na calçada: existe um decreto que a calçada deve ser desobstruída. Existe um protocolo firmado com o Ministério Público – que virou um decreto também – que diz que a secretaria de Assistência Social faz a primeira abordagem daquele morador de rua e oferece todas as estruturas do Município, oferece os recursos; após isso, após isso, através de um processo SEI que é enviado, a Assistência Social nos encaminha informando que esgotou com aquele morador em situação de rua qualquer negociação de incluir ele em algum programa. Pela negativa dele, aí

nos passam para que o DMLU possa fazer não a remoção do morador, a pessoa em situação de rua pode ficar no espaço público.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Para concluir.

SR. MARCOS MACIEL LUCAS: Isso, ela pode ficar. O que é removido é aquilo que configura a moradia no espaço público. Isso não pode, não pode configurar moradia no espaço público. Esse é o protocolo firmado. Agora, se há uma intenção de mudar, podemos ver, mas é importante salientar que a Guarda não faz nenhuma ação isolada sem ter todos os encaminhamentos. Eu estou aberto a conversarmos, uma reunião mais própria, mais focada, para a gente de repente rever esse protocolo; podemos rever, não tem problema algum. Obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Major, que seja muito breve, por favor.

SRA. KARINE PIRES SOARES: Extremamente breve. Estamos representando nossas instituições aqui, não podemos ouvir calados acusações levianas. Precisamos de dia, hora, quando aconteceu o fato. As imagens mostradas pelo vereador não reportam, para quem não conseguiu ver, que eu acredito que a maioria não conseguiu ver, porque daqui onde estou não consegui, tive que olhar de perto, tem uma foto de uma viatura da Brigada Militar durante operação, tem um prefixo que a identifica, e pelo prefixo, data, hora, eu consigo saber exatamente quais eram os policiais que estavam naquele local. E como disse o Marcos, tal qual a Guarda Municipal, nós também estamos adotando o sistema de câmeras, todos os policiais que trabalham nas ruas em Porto Alegre, desde o mês de novembro estão sendo monitorados, e todas as ações são gravadas e podendo ser acessíveis a todo tempo. Então nós gostaríamos, vereador, que essa denúncia fosse formalizada com dia, hora e local e exatamente quais as violências, porque inclusive os policiais aparecem com as mãos para trás, numa posição de guarda de uma operação que está em andamento.

Então eu acho que é importante para que esse debate não perca o foco, que é a gente resolver o problema dessas pessoas que estão em situação de rua, resolver o problema e garantir o acesso a esses direitos; para que a gente não perca o foco desse debate, mas também não poderia me calar, uma vez que essa reunião está sendo transmitida – e falo em nome da Brigada Militar –, que essas denúncias então precisam chegar, como disse o subcomandante da Guarda, de maneira formal às nossas instituições, para que possamos apurar. Muito obrigada.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado. Está sendo transmitida por enquanto. Com a palavra o ouvidor reeleito da Defensoria Pública Estadual, Rodrigo Silva.

SR. RODRIGO DE MEDEIROS SILVA: Boa tarde a todos. Eu cumprimento a todos na pessoa do Ver. Pedro Ruas. Só queria destacar o papel da ouvidoria da Defensoria Pública, que é de interlocução com a sociedade. Então a gente recebe inúmeras dessas denúncias que foram ditas aqui, inclusive com imagens, e essas denúncias vão para os núcleos de defesa de direitos humanos, a defensora Gizane Medina Rodrigues, e também na questão dos catadores para o defensor público João Carmona Paz, do núcleo defesa ambiental. Há procedimentos, há expedientes abertos neste sentido para acompanhar. Eu, pessoalmente, no final do ano passado, chamado pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, fui na vila numa ação da guarda, e quando eu cheguei a Guarda já estava saindo, mas tinha catadores denunciando essa fala sobre terem recolhido materiais deles de trabalho, e também uma questão que eu fico assim, sobre o protocolo, se não deveria ser a abordagem da Guarda junto com a equipe da Assistência Social e Psicossocial, e não por etapas, em separado. Acho que deveria ser o protocolo correto, para além da vontade dos agentes ou não. E também eu queria parabenizar quem falou aqui pelas políticas públicas, que agora tem investimento, por que a gente viu a tragédia da Pousada Garoa que estava deficitária a política pública em relação a essa população em situação

de rua, e deixar os contatos da ouvidoria que é o 0800 da Defensoria Pública do Estado: 0800 642 3225, para quem quiser ligar.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Podes repetir, Dr. Rodrigo?

SR. RODRIGO DE MEDEIROS SILVA: 0800 642 3225.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Vou dar por encerrada a reunião, não sem antes dizer duas coisas. A primeira, eu recebi mensagem, eu já conhecia o tema, mas é importante socializar a extinção do Felipe Dihl e Dias da Cruz diminuiu vagas e terminou com vagas para famílias e pessoas trans. É um fato real. Segundo, falando com o Presidente da Comissão, Ver. Erick Dênil, colocando essa comissão também à disposição para receber quaisquer denúncias. E, terceiro, agradecendo a boa vontade da televisão, dos servidores, dos assessores, conseguimos manter no ar até o final.

SRA. FERNANDA SIMÕES PIRES: Eu só lamento o fechamento da nossa reunião com o termo leviandade, acusações levianas. Eu acho que ninguém se dispõe a sentar aqui, ninguém se dispõe a dar sua cara a tapa diante de um caso tão complexo, de uma temática tão complexa, e por leviandade. Realmente, lamento muito, nós não estamos do mesmo lado porque a mão que bate não afaga, e a mão que afaga não bate. Uma boa tarde a todas e muito obrigada. (Palmas.)

SRA. KARINE PIRES SOARES: Bem importante que a gente pontue esses casos, somente isso; nós já acertamos aqui com a assessoria do vereador, ele vai nos passar exatamente quando aconteceram essas situações, o que aconteceu, porque aí há objetividade, senão nós falarmos que qualquer assistente social faz uma prática ilegal em qualquer lugar do mundo, tu hás de convir que é leviano. Então nós precisamos dizer quando aconteceu, quem foi, em que momento, exatamente para que a investigação seja possível.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Pessoal, quando foi feita essa observação, correta por sinal, isso não era fechamento de reunião; a reunião não tem nada de leviano e não acho que ninguém seja leviano. Não é isso, é uma expressão usada na manifestação da major da Brigada Militar. Então a reunião não é leviana, as denúncias não são levianas, que fique bem claro esse fechamento aqui.

PRESIDENTE ERICK DÊNIL (PCdoB): Aproveitando, gente, esse debate, saúdo as presenças aqui. Para fechar a reunião, eu vou compartilhar essa foto dessa caminhonete da Brigada para quem quiser ter acesso, mas eu gostaria de registrar aqui que esta foto existe e o carro da Brigada Militar está sem placas. Eu posso compartilhar e vocês podem ter acesso essa foto, e tudo que nós tivermos, vamos encaminhar para que a gente possa identificar e investigar de fato. Enfim, por hoje é só, Pedro.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado Presidente Erick Dênil. Eu dou por encerrada nossa reunião. Obrigado.

(Encerra-se a reunião às 16h16min.)